

LUTAS DE HEGEMONIA NA ÉPOCA DE “AMERICANISMO E FORDISMO”*



Giorgio Baratta

Nos anos 60 e 70 se tornam realidade as intuições de “americanismo e fordismo”. Em nossa época de “pós” surge a pergunta se hoje já estamos definitivamente “além de Gramsci”. Mas muitas das categorias dos *Cadernos*, relidas e projetadas sobre os novos cenários da globalização, revelam ainda uma forte capacidade analítica e política. O velho morre. “A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais diversos.”¹

“A ruptura [...] que se verificou” no pós-guerra, o “interregno” que levou à vitória do fascismo e, portanto, ao “puro exercício da força”, se apresenta a Gramsci com as características da “crise moderna”:

É a época do americanismo e do fordismo, através da análise dos mesmos Gramsci capta de maneira profunda as novidades do capitalismo “programador”, o qual, superando aquele “anárquico” e “individualista” do século XIX, entra em luta, tanto econômica como hegemonicamente, com a planificação do jovem socialismo soviético.

a “morte das velhas ideologias” surge como valor do “mero fato econômico”, o afirmar-se de uma “política não somente realista na prática (como sempre o é) mas cínica em sua manifestação imediata”. No “ceticismo disseminado”, resultado do desaparecimento de qualquer idealidade, na “redução das superestruturas mais elevadas para as mais aderentes à estrutura”, deve ser identificada, segundo Gramsci, uma situação também dinâmica e potencialmente criativa, isto é, uma condição favorável “para uma expansão inaudita do mate-

rialismo histórico”, para a “formação de uma nova cultura”.²

Estamos em 1929-1930, primeira fase de elaboração dos *Quaderni*. Gramsci considera a Itália no contexto mundial. É a época do americanismo e do fordismo, através da análise dos mesmos Gramsci capta de maneira profunda as novidades do capitalismo “programador”, o qual, superando aquele “anárquico” e “individualista” do século XIX, entra em luta, tanto econômica como hegemonicamente, com a planificação do jovem socialismo soviético. Gramsci adverte sobre a tentação de enfatizar a novidade que se constitui a América em relação à Europa, do taylorismo-fordismo em relação ao “maquinismo e grande indústria” do tempo de Marx, a “grande crise” de 1929 em relação às características da “crise orgânica” endêmica e estrutural do modo capitalista de produção. O seu método de análise – sempre que se trate de compreender tanto um período histórico, como a obra de um pensador ou o surgimento de uma hegemonia – é fortemente caracterizado pela vontade de não negligenciar os “elementos que se tornaram estáveis e permanentes”³ em relação aos fatores e impulsos de variação, mudança, transição, em direção aos quais, por sua vez, dirige em particular sua atenção.

Está claro o que é o “velho” que morre, qual é o “novo” que ainda não pode nascer? Em última instância – mas as mediações e estratificações do discurso são múltiplas – esse “novo” outra coisa não pode ser senão o socialismo: o qual, no Ocidente, é sufocado em seu nascimento ou em sua tentativa de nascer, logo depois da Revolução de Outubro, mas que continua a representar a alternativa iminente ao capitalismo em crise. É a presença indelével dessa alternativa que torna qualquer mudança ou inovação, no horizonte capitalista, uma forma de

* Traduzido de *Crítica Marxista*, nº 3-4, dez., 1997. Tradução de Giovanni Menegóz.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2171>

“revolução passiva”, que contribui para preservar a estrutura de base das relações de produção, impedindo as massas de se apropriarem ativamente, revolucionariamente, da direção do processo. A América do Norte é portadora no restante do Ocidente, como no mundo todo, de uma grandiosa “transformação radical da forma de civilização existente”; mas, precisamente essa transformação opõe-se, de maneira conservadora, à instauração de uma “ordem nova” da qual deverá brotar um “sistema de vida original e não de marca norte-americana”, que transforme em “liberdade o que hoje é necessidade”.⁴

PRIMEIRO CADERNO

O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve existir dedução e indução combinadas, a identificação e a distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho. Mas nunca em abstrato, em concreto: na base do real.⁵

O primeiro caderno tem um caráter “fundamentador” para a reflexão de Gramsci no cárcere, no sentido de que nele – excluindo-se a filosofia – se encontra a primeira formulação de uma grande quantidade de temas e percursos que, ao longo dos anos, constituirão seu tecido. A sua estrutura interna se apresenta como um *puzzle*, ou como um jogo de encaixes. Isolados uns dos outros, os “apontamentos” e as “notas” individuais não permitem ainda vislumbrar um desenho global, que resulta, ao contrário, muito claro, visto de um enfoque retrospectivo, capaz de evidenciar a trama de outro modo secreta que liga os fragmentos.

Gramsci reflete sobre a grande derrota, dele pessoalmente, do partido comunista, do movimento operário na Itália e na Europa. A análise desse processo de época, que levou ao surgimento do fascismo, remete a uma reflexão de grande amplitude, temporal e espacial. O “desenvolvimento da burguesia italiana até o 1870” e depois deve ser localizado no interior do processo de “formação dos grupos intelectuais italianos”, que constituem o mapa político e cultural da Itália daquele tempo. Surge uma pergunta fundamental: como se explica que “toda a política italiana desde 1870 até hoje é caracterizada pelo ‘transformismo’, isto é, pela formação de uma classe de dirigentes composta de quadros moderados, com a absorção dos elementos ativos das classes aliadas e inimigas?”⁶ É o drama

que determinou a “fraqueza teórica, a ausência de estratificação e continuidade histórica da tendência de esquerda”.⁷

Na reflexão gramsciana sobre a Itália, contida no primeiro caderno, jogam um papel determinante a “questão meridional” e a “questão das ilhas” – como salientam as duas “notas” centrais 43 e 44. Observa-se bem como a consideração da “relação histórica entre Norte e Sul, relação similar à de uma grande cidade com um grande campo”⁸ com todos os cuidados metodológicos que Gramsci nos fornece, representa um instrumento analítico de extrema riqueza e capacidade de generalização. Não surpreende, portanto, encontrar, logo após rápidos “apontamentos”, como aqueles dedicados à “reação do Norte aos preconceitos antimeridionais” ou à “emigração e movimentos intelectuais”, uma nota de tamanho médio que, ao lado das duas já mencionadas, constitui o coração do primeiro caderno: o americanismo.⁹

Introduzindo esse tema, que no elenco dos “argumentos principais” figura como “americanismo e fordismo” (primeira página do “Caderno 1”, 8 de fevereiro de 1929), Gramsci alarga seu horizonte de análise da Itália para a Europa, e, para além da Europa, em direção ao inteiro mundo capitalista, que já conhece seu demônio hegemônico na América estadunidense, e no americanismo.

AMERICANISMO E FORDISMO

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar: “a racionalização da população”, isto é, que não existem classes numerosas sem uma função no mundo da produção, isto é, classes absolutamente parasitárias. A “tradição”

Na reflexão gramsciana sobre a Itália contida no primeiro caderno, jogam um papel determinante a “questão meridional” e a “questão das ilhas” – como salientam as duas “notas” centrais 43 e 44. Observa-se bem como a consideração da “relação histórica entre Norte e Sul, relação similar à de uma grande cidade com um grande campo”, com todos os cuidados metodológicos que Gramsci nos fornece, representa um instrumento analítico de extrema riqueza e capacidade de generalização.

européia, ao contrário, é precisamente caracterizada pela existência dessas classes criadas por aqueles elementos sociais como a administração estatal, o clero e os intelectuais, a propriedade fundiária, o comércio.¹⁰

A atenção por parte de Gramsci sobre o americanismo remonta ao *Ordine Nuovo* dos tempos turinenses, que culminam no biênio vermelho de 1919-1920, quando ele ia se formando como um intelectual orgânico na “escola” da classe operária. Gramsci, um “chefe que sabia ouvir”, conforme a definição carinhosa do companheiro operário Battista Santhià, ouvia atentamente os trabalhadores italianos que voltavam dos Estados Unidos e traziam uma experiência preciosa de eficiência econômica e industrial que o proletariado, segundo Gramsci, devia

criticar, mas também se apropriar, elaborando-a novamente e traduzindo-a em um “americanismo aceito pela classe operária”.¹¹

Na época do *Ordine Nuovo*, Gramsci contava como o orgulho operário dos “produtores” ativos e conscientes de sua própria profissão, desejosos de autonomia. O fordismo ainda não tinha se afirmado em todo seu alcance e capacidade de generalização, isto é, a produção em larga escala que,

segundo o ideal taylorista, tendia a reduzir o operário a um “gorila adestrado”¹² capaz de adequar seus próprios comportamentos aos de uma máquina automatizada.

A reflexão sobre “americanismo e fordismo” atravessa todo o percurso intelectual de Gramsci na cadeia. A sua consolidação final, isto é, o caderno especial nº 22, que ostenta este título, é somente uma sistematização provisória e parcial dessa reflexão. Na verdade, somente uma análise estrutural e genética deste, como de outros temas, à luz de todos os cadernos, pode permitir uma visão completa de seu significado. É por causa disto que o estudo de Gramsci é tão fascinante e difícil.

Com relação ao nosso tema, pelo menos é preciso acenar para uma questão filológica e conceitualmente relevante. Trata-se do fato de que

a superioridade global que, no primeiro caderno, Gramsci atribui à América em relação à Europa, com o seu novo modo de produção, o fordismo e o seu modo hegemônico embrionário, o americanismo,¹³ sofre uma fratura a partir dos “apontamentos de filosofia” iniciados em 1930 com o caderno nº 4. Gramsci sabe perfeitamente, já no primeiro caderno, que a “elaboração forçada de um novo tipo humano”, que se anuncia nos Estados Unidos, está em uma fase “somente inicial e, por causa disso (aparentemente), idílica”; que “ainda não se verificou (se não esporadicamente, talvez) qualquer florescimento ‘superestrutural’, portanto ainda não se colocou a questão fundamental da hegemonia”; que, por fim, “a ausência, na América, da fase européia marcada pelo modelo da Revolução Francesa, deixou os operários ainda crus”.¹⁴ Ao lado do destaque dado à imaturidade do ponto de vista “hegemônico” dessa explosão “econômico-corporativa” da “civilização” norte-americana em relação à sua progenitora européia, aparece, porém, no primeiro caderno, também uma ênfase sobre a “novidade” filosófica do americanismo, sob a condição de “ação real que modifica essencialmente a realidade externa (e, portanto, também a cultura real)”,¹⁵ a ponto de avançar a hipótese de que o materialismo histórico poderia se difundir “na América, superando o empirismo-pragmatismo, sem uma fase hegeliana”.¹⁶

Um ano após a elaboração do caderno 1, quando começou a redigir notas e apontamentos sobre Marx e Engels, sobre Labriola e Croce, Gramsci, provavelmente, não teria mais formulado uma hipótese como essa. Uma das mudanças mais sensíveis de rumo, não obstante a continuidade fundamental e orgânica dos cadernos e a riqueza de seus fluxos, diz respeito, com efeito, à filosofia. É indicador disso a mudança abrupta de juízo a propósito do pragmatismo norte-americano, que se encontra no caderno 17.¹⁷

Hoje, poderíamos nos perguntar se a continuidade hegemônica do americanismo ao longo de todo o século XX não deve ser posta em relação precisamente com essa sua matriz “pragmática” e “extra-hegeliana”, e, portanto, com a ausência de um “florescimento superestrutural” rico, característico da civilização européia (na América, dizia Gramsci, a “hegemonia nasce a partir da fábrica”). De qualquer modo, permanece o fato de que, desde o primeiro caderno, com “americanismo e for-

O socialismo se apresenta a Gramsci como um processo eminentemente dialético com relação ao americanismo. Ele mina o americanismo tanto de fora (União Soviética) como de dentro (movimentos revolucionários).

dismo”, Gramsci fixava o seu olhar sobre uma imagem do capitalismo que não somente ia além da imagem “putrefata” descrita por Lênin em *O imperialismo*, mas, em seus delineamentos gerais, teria se tornado em nível mundial um modelo de hegemonia política e cultural, também independentemente do “modo material” de produção.

Talvez seja possível tentar um resumo rápido dos motivos que, segundo Gramsci, caracterizam a humanidade americanista e fordista. Uma produção sempre mais padronizada e, portanto, a germinação de uma consciência de massa, que nega a ideologia dos “produtores” afeiçoados à qualidade do trabalho em moldes capitalistas; elevação do teor de vida (“salários altos”) de algumas camadas de trabalhadores, que suaviza a intensificação da exploração e cria um laço hegemônico entre empresa e trabalhador (Gramsci não conhece o consumismo de massa que, parcialmente, generalizará os “benefícios” dos “altos salários” para uma ampla área popular); subordinação sempre mais capilar da vida privada dos trabalhadores às exigências e funcionamento das estruturas econômicas e, portanto, invasão das zonas mais íntimas da esfera reprodutiva (sexualidade e família) com base nas necessidades do processo industrial; taylorização e mecanização das consciências: constituição de uma cultura de massa despersonalizadora, determinada e dirigida de cima; sistema aparentemente livre de valores e normas, na realidade “totalitário”, que sufoca o “espírito popular criativo” e tende a transbordar e se disseminar em nível internacional; formação, portanto, de um “homem novo”, *made in USA*, isto é, de um “conformismo” subalterno ao capital (a ele se opõe o “conformismo” revolucionário socialista, apenas inteligível com muitas sombras na experiência soviética, e de qualquer modo, ainda a ser inventado no mundo, através de um sistema de “filologia vivente” que ponha em relação a política e a cultura dos “princípios modernos” com a criatividade das massas); centralidade da questão da “técnica”, vale dizer, da necessidade operária de libertá-la da hegemonia e poder dominantes e torná-la funcional ao projeto de libertação.

O socialismo se apresenta a Gramsci como um processo eminentemente dialético em relação ao americanismo. Ele mina o americanismo tanto de fora (União Soviética) como de dentro (movimentos revolucionários). Porém, Gramsci sabe muito bem que o capitalismo-americanismo detém ainda uma

superioridade objetiva que não diminuiu com a vitória do socialismo na União Soviética, porque esta última sofre tanto de seu isolamento e atraso das estruturas de partida, como de seus limites intrínsecos (cesarismo e burocratismo).

NORTE E SUL

A hegemonia do Norte teria sido “normal” e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de, com um certo ritmo, ampliar seus quadros para incorporar sempre novas áreas econômicas absorvidas. Teria sido então, esta hegemonia, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo e o menos produtivo; teria havido uma revolução econômica de caráter nacional (e de amplitude nacional) mesmo que o seu motor tivesse sido temporária e funcionalmente regional. Todas as forças econômicas teriam sido estimuladas e teria acontecido uma unidade superior em superação à contradição anterior. Mas, ao contrário, as coisas não se deram assim. A hegemonia se apresentou como permanente: a contradição se apresentou como uma condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente “perpétua” para a existência de uma indústria setentrional.¹⁸

A nota 149 do primeiro caderno, intitulada Norte e Sul é importante porque nos descreve em termos trocados, ou seja, hipotéticos, aquela componente espacial e territorial, ou geopolítica, do mundo visto a partir de Gramsci que, segundo Edward Said, constitui uma das grandes contribuições de Gramsci à inteligibilidade da realidade.¹⁹

No primeiro caderno Gramsci funda sua teoria da hegemonia como principal instrumento hermenêutico que permite recolher a unidade racional dos múltiplos fatores de força e de consenso na leitura dos processos histórico-sociais.

O comunismo de Gramsci é a individualização, a idealização e o projeto daquele elemento comum aos indivíduos, grupos, nações, culturas, territórios, que poderia se tornar um potente e positivo fator de coesão e planificação: um filtro de vida social, capaz de atenuar e circunscrever o peso dos atritos e contrastes entre os indivíduos.

Tudo acontece no mundo de Gramsci. Mas este tudo não é nem uma abstração lógica nem um organismo ontológico: mais precisamente, é o produto do porvir, portanto, um produto estrutural e constantemente indeterminado da convergência de elementos diversos. Os quais, porém, devem ser examinados um por um, através de um método paciente de “filologia” histórico-social, à luz da compreensão, ainda que por modos contraditórios e até perversos, de que a unidade do gênero humano se afirme sempre mais. O comunismo de Gramsci é a individualização, a idealização e o projeto daquele elemento comum aos indivíduos, grupos, nações, culturas, territórios, que poderia se tornar um potente e positivo fator de coesão e planificação: um filtro de vida social, capaz de atenuar e circunscrever o peso dos atritos e contrastes entre os indivíduos.²⁰ Desde Maquiavel a Robespierre, de Marx a Lênin, da Revolução Francesa ao Outubro, Gramsci persegue fontes ou exemplos históricos e contemporâneos, teóricos e práticos, de uma alternativa à divisão internacional capitalista do trabalho, para a qual Lênin deu um esboço com a estratégia da “frente única”.

O primeiro caderno é atravessado por uma reflexão, ao mesmo tempo, cautelosa e audaz, capilar e sintética, do porquê a hegemonia do Norte sobre o Sul, da cidade sobre o campo, da modernidade sobre a passividade – que se constituiu de maneira objetiva, ou seja, histórica, tanto em nível nacional como no mundo – tenha-se cristalizado e deteriorado até se transformar em uma tragédia potencial da história. No parágrafo 61 mencionado, “americanismo”, assistimos a um entrelaçar recíproco de hegemonias territoriais diversas, entre Norte e Sul da Itália, entre os Estados Unidos e a “velha Europa”, entre países mais avançados e dinâmicos e aqueles nos quais se registra uma “estagnação da história”.

É com uma metáfora poética – “o mistério de Nápoles” – que Gramsci introduz, no coração de sua análise do americanismo, o discurso sobre o atraso e o parasitarismo. O que é o mistério de Nápoles? É algo que já tinha observado Goethe, que “tinha razão em dismantelar a lenda da ‘preguiça’ orgânica dos napolitanos e revelar, ao contrário, que eles são muito ativos e habilidosos. Mas a questão consiste em ver qual seria o resultado efetivo dessa habilidade: ela não é produtiva e não está dirigida para satisfazer as necessidades e as exigências de classes produtivas”. A partir de Nápoles, o discurso se amplia para as “famosas cem cidades” italianas

(“não somente do *Mezzogiorno* e das Ilhas” mas também Palermo, Roma, Bolonha, Ferrara...), para cuja população pode ser repetido o ditado “Quando um cavalo defeca, cem pássaros comem”.²¹

A reflexão sobre “o modo de acumulação do capital, da forma mais monstruosa e nociva”, dirigido por alguns milhares de proprietários fundiários, “com o seu séquito de servos e lacaios”, que cria um “volume enorme de pequena ou média burguesia de ‘aposentados’ e ‘rendeiros’ ” e, de outro lado, uma “pulverização incrível da oferta imediata de mercadorias e serviços”, vai além de Nápoles e do *Mezzogiorno*, de onde parte, e acaba por envolver o sistema hierárquico inteiro das nações em um mundo de domínio capitalista. “Essa situação não existe somente na Itália: em medida maior ou menor existe em todos os países da velha Europa e, em sua forma pior, existe na Índia e na China, o que explica a estagnação da história nesses países e sua impotência militar.”²² A velha Europa situa-se como um degrau intermediário entre o extremo Norte (ou o Ocidente mais avançado) e o extremo Sul (o Leste) do mundo. Nesse nível de generalidades, esses conceitos geográficos são, como dirá Gramsci mais à frente, “construções convencionais e históricas não do homem em geral, mas das classes cultas europeias que, através de sua hegemonia mundial, a impuseram a todo o mundo”.²³

No cenário de fundo há, por um lado, a questão decisiva do imperialismo e colonialismo (que nas teses de Lyon, Gramsci tinha posto em jogo a propósito da questão meridional), por outro, a hipótese de um modelo diverso de desenvolvimento e de relação entre regiões e nações: uma hipótese, esta última, que, como se pode observar no parágrafo 149 do primeiro caderno, Gramsci apresenta com clareza, com o objetivo de evidenciar que o desfecho ruinoso para o qual a hegemonia nos levou deve ser de maneira nenhuma considerada irreversível.

O problema de Gramsci é ainda o nosso. Como pode o “espírito popular criativo” – que é potencialmente o grande reservatório de riqueza de todos os “Sul” e daquela parte do “Sul” que está presente em cada “Norte” – se tornar fonte de produtividade e eficiência, no lugar de desperdício e parasitarismo? É possível uma civilização superior?

PÓS-FORDISMO

A força da análise gramsciana é o seu olhar para a frente. Poderíamos definir a traços largos os cin-

qüenta anos 1930-1980, lembrando Chaplin (cujo filme é contemporâneo ao “americanismo e fordismo”), como os *modern times*, a época do operário-massa.

Não é por acaso que somente nos anos 60 e 70 chegaram a se traduzir na realidade algumas intuições, talvez um pouco nebulosas de “Americanismo e fordismo”, as quais, vistas de um olhar retrospectivo, revelam-se mais como antecipações teóricas do futuro do que elementos amadurecidos de uma análise do existente.

O fim impiedoso do humanismo tradicional do *homo faber* e do trabalho qualificado, sob o peso das inovações capitalistas, da penetração da ideologia industrial nas vísceras do inconsciente através das sugestões da propaganda e do consumismo; em poucas palavras, do cumprir-se da alienação, tinha seu reverso dialético – como tinha preconizado Gramsci nas pegadas metodológicas de Marx – na explosão sindical e política do operário-massa multinacional (particularmente na Europa ocidental). Uma longa onda de lutas a partir do Maio francês parecia anunciar a retomada do projeto político e cultural de uma “nova ordem” nos marcos do conselheirismo operário. O “movimento”, porém, se revelou politicamente fraco e efêmero, mesmo se sua eficácia tenha que ser avaliada principalmente em relação à profunda renovação da mentalidade e do costume, não somente em relação às relações industriais (é só pensar, por exemplo, no surgimento do feminismo).

É singular, mas também fatal, que nos anos 70, precisamente na Itália, no país do “gramscianismo”, os novos fermentos de luta social e de cultura operária – desde os *Cadernos vermelhos* até o outono quente e depois – não levassem a herança política e intelectual do autor dos *Cadernos* a seu amadurecimento, para além da homenagem ideológica (pesavam aqui, em toda a sua densidade, as luzes e sombras do togliattismo, cujos problemas vinham todos à luz naquele momento).

Em um nível mais circunscrito, é preciso salientar, naquele período, a disseminação de traduções e estudos gramscianos em diversas áreas: talvez é a Inglaterra o primeiro país no qual tenha se perfilado, sem muitas repercussões, mas com um consistente horizonte político-cultural, a internacionalização do sucesso de Gramsci, sobretudo através do chamamento inteligente e original de seus temas mais “modernos” por parte do movimento dos *cultural studies*.²⁴

Merece atenção o fato de a transferência dos estudos gramscianos da Itália para o “vasto mundo” coincida, *grosso modo*, com o período em que começa a se tornar “desatualizada” a análise gramsciana do fordismo. Com a revolução microeletrônica, com efeito, o processo produtivo tem sofrido uma transformação profunda, tanto no sentido técnico como espacial (geopolítico), cujas características não podem mais ser descritas com as categorias elaboradas nos *Cadernos*.

No emaranhado incrível da meada, há um fio que resiste: o americanismo. Ele continua atual (mesmo se não “nasce mais da fábrica”) em ambas as suas faces: naquela original de produção USA, fonte de um imperialismo cultural de marca sempre maior, e em sua contraface de reação, antes européia e depois mundial, oscilante entre a “onda de pânico” e a inveja-imitação.

Uma grande onda de “pós” (pós-industrialismo, pós-comunismo, pós-modernismo, pós-fordismo) invade a cena ideológica. Se se considera a diminuição de nível e as novidades extravagantes da produção teórica e da vida cultural, pode aparecer singularmente confirmada a diagnose de Sartre, segundo a qual, em “nosso tempo” qualquer pretensa liquidação de Marx nos levaria para trás, para posições já expressas antes dele. Mas na estrutura da realidade econômica e social, entretanto, algo de realmente profundo mudou. Com a “revolução” eletrotelemática, com efeito, conseguimos entrar em uma dinâmica do processo produtivo que sai do enfoque da lente gramsciana.

Nasce esta questão: estamos definitivamente além de Gramsci, de forma análoga a como, no início dos anos 30, Gramsci se encontrava objetivamente além de Lênin e da Internacional Comunista?

A questão é estratégica no sentido que atinge o sentido e a perspectiva, e até a legitimidade da tentativa de valorizar o passado de Gramsci para melhor compreender o nosso presente.

Não é por acaso que somente nos anos 60 e 70 chegaram a se traduzir na realidade algumas intuições, talvez um pouco nebulosas de “Americanismo e fordismo”, as quais, vistas de um olhar retrospectivo, se revelam mais como antecipações teóricas do futuro do que elementos amadurecidos de uma análise do existente.

A época do operário-massa, isto é, da centralidade do trabalho industrial, foi, no Ocidente, também a época da estratégia keynesiana, basicamente realizada, de utilizar e adaptar a luta de classe entre o proletariado e a burguesia aos objetivos da paz social e da conservação política. Por causa disso, Gramsci bem observava as vantagens do americanismo e da moderna democracia industrial – não obstante os seus “desastres” políticos – sobre os outros modelos, como o fascismo e o nazismo, que visavam impor a luta social de maneira autoritária, através de um “cooperativismo societário”. O motor é o Estado nacional social, cuja característica é também a de organizar uma sempre maior integração internacional do capital e é, por outra parte, a de disciplinar entre os atuais estreitos limites nacionais as lutas operárias e as “alternativas” socialistas.

Dá a impressão, olhando hoje para o cenário europeu, que a esquerda seja, ou tenha sido, obrigada a uma mera estratégia de defesa daquilo que sobra, ou pode sobrar, do Estado nacional social, sem, aliás, saber analisar ou tentar resolver sua crise objetiva. Certamente pode acontecer que a manutenção de níveis dignos de segurança e proteção para os trabalhadores seja realmente o banco de prova para

A época do operário-massa, isto é, da centralidade do trabalho industrial, foi, no Ocidente, também a época da estratégia keynesiana, basicamente realizada, de utilizar e adaptar a luta de classe entre o proletariado e a burguesia aos objetivos da paz social e da conservação política.

que a “grande transformação” em curso não produza hipóteses puramente regressivas do ponto de vista político e social. É, porém, evidente uma carência estrutural de posições e estratégias europeias e internacionais nos movimentos e partidos de esquerda. Como se a assim chamada “globalização” fosse uma pura abstração conceitual ou... virtual. No entanto, o velho Gramsci, mesmo tão preso às lógicas políticas nacionais, já pensava concretamente em termos mundiais!

Marco Revelli recentemente desenhou um quadro sugestivo, um pouco cerebral, da “passagem do fordismo ao toyotismo”,²⁵ cujos elementos poderiam se tornar úteis uma vez submetidos a um laboratório gramsciano de fim de século.

Revelli nos descreve um novo modelo produtivo, imediatamente internacional, que por muitos aspectos se apresenta como a superação definitiva, e ao mesmo tempo a radicalização extrema, do “Americanismo e fordismo” e também de seu “predecessor”, o marxiano “Fragmento sobre as máquinas”.²⁶

Resumimos os pontos principais do modelo descrito por Revelli: “crepúsculo dos produtores” (já a florado, porém, nos anos 20 e 30, segundo Gramsci) e “despotismo do mercado”; taylorização capilar não mais do “microcosmo fisiológico humano” (o trabalho operário) mas do “macrocosmo organizativo empresarial”; “auto-ativação” da fábrica pós-fordista, definida “monista e hegemônica” e portanto “novo organicismo industrial”, que não exige mais um mecanismo explícito, externo ao processo de trabalho, de comando e controle político sobre a subjetividade operária, porque esta última foi “introjetada” e engolida para dentro do sistema; e, por fim, a “revolução espacial”, vale dizer, a “globalização” do processo econômico, pelo qual a empresa e o ciclo produtivo são “desterritorializados” e “transnacionalizados”. São percursos econômico-políticos que poderiam ser interpretados seja como conclusão, seja como cumprimento da análise marxiana e gramsciana do capital, cujos fundamentos podem ser reduzidos a dois: antagonismo de classe e afirmação de um *general intellect* no processo produtivo.

Revelli deixa irresoluta, sem ao menos enfrentá-la, a questão de fundo: na “nova dimensão global, constituída pela poderosa entrada em cena do salto tecnológico de fim de milênio” existe ainda espaço para o antagonismo social? O *general intellect*, ou cérebro social, pode vir a ser plasmado por “indivíduos associados”? Em outros termos: na sociedade da informação e da comunicação, uma luta de povo e uma cultura não-nacional, mas “internacional-popular”, feita não somente por fantasmas eletrônicos mas por “homens em carne e ossos” ainda são possíveis e necessárias?

ECONOMIA E POLÍTICA

Está em curso, em nível mundial, uma vasta ofensiva hegemônica de direita. Seu fundamento é uma espécie de neo-economicismo ou extremismo liberalista que subsume a crise do Estado nacional-social-keynesiano no seio do processo econômico

planetário, através de um processo de dissolução daquilo que Gramsci chamava “grande política”: esta última se opõe a uma visão tecnicista da política e exige sua apropriação por parte dos “indivíduos” e “grupos sociais” e, no mesmo sentido, dos “partidos” organizados interna e externamente ao contexto produtivo imediato, dentro das “coisas”, cuja materialidade é econômico-social, feita de “relações de produção”.

É esse neo-economicismo, nem sempre consciente e, por causa disso também disseminado na esquerda, que produziu, por exemplo, na Itália, o sucesso da nova direita, tanto a moderada como a subversiva. O neo-economicismo raciocina como se os males endêmicos do Estado italiano – ineficiência, parasitarismo, burocratização, transformismo, cuja superação Gramsci confiava à política de massa do “príncipe moderno” – pudessem ser vencidos somente através da planificação de um novo Estado capaz de “agir como empresa”.

Sobre esse ponto é preciso um esforço de esclarecimento. Gramsci não era absolutamente contra, em princípio, a uma utilização do paradigma industrial para a construção de um modelo de Estado democrático e socialista. Para ele, até a teorização da “empresa-nação”, na época corporativa e fascista, não era objeto de puro desprezo. É preciso absolutamente recuperar dele a compenetração muito estreita entre cultura política e cultura industrial, que o caracteriza desde a época do *Ordine Nuovo*, e que encontrou pouquíssimos exemplos na esquerda italiana depois dele: penso em duas figuras heterodoxas muito diversas entre si, Raniero Panzieri e Paolo Volponi.

O problema de hoje – que também invade a atormentada União Européia – é se o processo econômico e social tenha que ser lido por uma ótica ao mesmo tempo monetária e neocorporativa, como realidade fundamentalmente administrativa e financeira, ou seja, como questão antes de tudo produtiva e política, e portanto também cultural.

Raramente, como nesse período, a centralidade da economia aparece em todo o seu esplendor, e a insídia do economicismo mais premente e virulenta. É complementar ao economicismo o achatamento do discurso político, a banalização dos problemas de Estado, da democracia, da sociedade civil. Por causa disso, surge a necessidade de definir novamente os termos da “luta hegemônica”.

Gramsci via claramente o embasamento econômico da hegemonia: “A hegemonia é política, mas também e especialmente econômica, tem sua base material na função decisiva que o agrupamento hegemônico exerce sobre o núcleo decisivo da atividade econômica.”²⁷

Em sentido contrário, via com igual evidência o embasamento hegemônico da democracia:

Entre os tantos significados de democracia, o mais realista e concreto parece-me possa ser relacionado com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico (neste contexto = socialismo), existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, portanto, a legislação que expressa este desenvolvimento, favorece a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.²⁸

□ CONCEITO DE HEGEMONIA

“Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não somente no seio de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.”²⁹

Centralidade da hegemonia não significa, para Gramsci, primado do consenso sobre a força, da sociedade civil sobre o Estado, da cultura sobre a economia, da política sobre o poder militar. Ao contrário: significa redução da distância entre estrutura e superestrutura, entre corpo e alma das coisas sociais, entre dinâmicas coletivas e vida dos indivíduos. Este é o Ocidente de Gramsci que

se diferencia do Oriente: uma metáfora que espelha o crescimento “extraordinário” do papel dos intelectuais e da cultura na sociedade e na história.

Como Aristóteles a respeito do ser, Gramsci fala de múltiplos modos a respeito da hegemonia. Há uma análise histórico-diferencial da hegemonia que

Gramsci via claramente o embasamento econômico da hegemonia: “A hegemonia é política, mas também e especialmente econômica, tem sua base material na função decisiva que o agrupamento hegemônico exerce sobre o núcleo decisivo da atividade econômica”.

se reflete em fenomenologias diversas, desde uma hegemonia-antagonismo que, nos sistemas burgueses, comporta a necessidade do encobrimento das contradições e do falseamento dos interesses, e exige um “consenso passivo e indireto” por parte dos cidadãos, até uma hegemonia entendida como relação essencialmente pedagógica e formativa em um modelo socialista, onde o “consenso deve ser ‘ativo e direto’ e a política deve se basear no conhecimento e na coragem da verdade”.³⁰

Há uma teoria geral da hegemonia que espelha a natureza relacional e a interdependência não somente dos organismos e grupos sociais focalizados em seus nexos internos e relações recíprocas, mas na própria vida do homem e dos indivíduos singulares, dentro de cada qual se trava uma “luta de hegemonias contrastantes”.

Há, por fim, uma concepção positiva ou construtiva do “sistema hegemônico” que apela para o momento formativo-pedagógico de “qualquer relação de hegemonia” e o molda através dos princípios do socialismo e da democracia, entendida, esta última, como uma forma de governo que atenua e contesta a distância

entre dirigentes e dirigidos, até dissolver, tendencial e progressivamente, a partir de baixo, o “povo”, e de cima, “o Estado”, na “sociedade civil”.³¹

Há um fio que liga esses três aspectos da hegemonia. A generalização teórica que Gramsci leva a termo da “doutrina da hegemonia do proletariado” leniniana, que ele, com efeito, amplia para a análise dos regimes burgueses, não somente permite o que chamamos de uma fenomenologia histórico-diferencial das diversas formas, reais e hipotéticas, de hegemonia, mas estimula também a fixar um núcleo elementar ou abstrato de seu conceito, que se torna o código para uma leitura dinâmica e comparativa dos sistemas políticos existentes e, além disso, o fundamento para a estratégia política e o horizonte programático dos comunistas.

“Todo mestre é sempre estudante e todo estudante é mestre”: é uma afirmação de Gramsci,

aparentemente banal, mas na verdade audaz e fundamental, porque capta a “comunidade” cultural, e portanto “lingüística”, e como tal “hegemônica”, que se estabelece “em toda a sociedade, em seu conjunto e em cada indivíduo em relação a outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exercito”.³²

Nesse nível de extrema generalidade, pedagogia, formação e hegemonia são praticamente sinônimos.

Gramsci descreve uma verdadeira e própria educação permanente, que se aplica, de qualquer forma, a todos os níveis das relações interindividuais, como também no coração de cada indivíduo. Já que é assim, e já que uma combinação de força e consenso (por igual da combinação maquiavélica da força do “leão” e da astúcia da “raposa”) existe sempre nas vicissitudes humanas, trata-se de aceitar e valorizar, na direção positiva, essa componente hegemônica da relação – a hegemonia como racionalidade –, de criticar os usos distorcidos que se fazem dela, e fazer dela, ao contrário, a base de uma concepção dinâmica, não puramente formal, de democracia. Se é justo “tratar os meninos como seres já racionais e falar seriamente com eles também das coisas mais sérias”,³³ porque os “meninos amam e são felizes quando são considerados como ‘iguais’”,³⁴ o papel do educador não é certamente o de negar sua própria autoridade objetiva, e, nesse sentido, de hegemonia em relação aos meninos, mas sim ter em conta e valorizar também a inversão objetiva dos papéis que, de uma maneira ou de outra, tende a se realizar e se realiza na relação concreta. E assim por diante.

O “sistema hegemônico” – no sentido do socialismo – é a idéia de uma sociedade fundada concreta e capilarmente em uma pedagogia racional em qualquer nível de convivência humana, isto é, em uma “revolução permanente” de todas as relações, não somente de consenso, mas, tendencialmente, também de força entre os indivíduos, à luz de um modelo hegemônico-democrático da maneira de governar. É a idéia de uma “sociedade regulada” na qual é preciso sublinhar, além da indubitável carga programática e utópica, a insistência sobre os elementos científico-analíticos e sobre um sistema de garantias formais que caracterizam o conceito de “regra”.

Gramsci descreve uma verdadeira e própria educação permanente, que se aplica, de qualquer forma, a todos os níveis das relações interindividuais, como também no coração de cada indivíduo.

NOVO INTERNACIONALISMO

Gramsci dizia: “É preciso reformar o conceito de homem”. Queria dizer que, perante os poderosos fenômenos de transformação do processo produtivo, a “filosofia da práxis” tinha que se mostrar capaz de criticar tanto a concepção retórico-humanista da vida como qualquer forma de economicismo e fetichismo tão disseminada entre os intelectuais (de direita e de esquerda): de projetar uma análise social capaz de superar as antinomias tradicionais sem resposta às necessidades filosóficas e políticas do tempo, como as entre “indivíduo” e “massa”, “homem” e “natureza”, “ciência” e “arte”, “técnica” e “práxis”, “economia” e “política”. Pulsa nos *Cadernos* um eficaz ponto de vista relacional: o indivíduo é um “centro de interligação”, uma unidade não independente que “entra a fazer parte de organismos desde os mais simples até os mais complexos”. A ótica relacional penetra em todos os tecidos, os nervos, os ossos do “mundo grande, terrível e complicado”, fazendo saltar a enciclopédia tradicional do saber e perscrutando caminhos ainda não esgotados.

A REFORMA DO CONCEITO DE HOMEM É O CAMINHO DOS CAMINHOS E NOS DIZ RESPEITO DE PERTO

O declínio do coletivismo, após o fim do socialismo real, parece ter trazido, como elemento correlato, a retomada do conceito tradicional de homem, isto é, o “indivíduo bem definido e limitado”, ou “o indivíduo limitado à sua individualidade”, que era, segundo Gramsci, “o ponto que é preciso reformar”.³⁵

Se o século XX, desde os seus albores, é a demonstração prática de que “toda história particular vive somente no quadro da história mundial”,³⁶ isso significa que a ótica individualista é perdedora, porque não dá conta do fato de que todo indivíduo não está ligado a todos “os outros homens por justaposição, mas organicamente”.³⁷ “O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa, objetivos e materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa”.³⁸ O nosso século, segundo Gramsci, criou as premissas de um “homem novo” e de uma concepção, ou sentido comum, da

humanidade, não mais assimilável a uma essência ou identidade substancial de um indivíduo (ou de um grupo social, de uma nação, de uma classe).

Nem o indivíduo nem a coletividade devem ser concebidos como uma substância, como uma totalidade orgânica. “Orgânico”, em sentido positivo, é onexo, móvel e mutável, das partes e elementos que compõem um complexo, cuja organicidade dada pode, ao contrário, representar um princípio do qual pode se desconfiar (como ensina Gramsci quando contrapõe politicamente o “centralismo democrático” ao “centralismo orgânico” de Bordiga).³⁹

Não se trata, portanto, de escolher entre o valor do indivíduo e da coletividade. O importante, e o difícil, é sustentar uma relação dinâmica e equilibrada entre um e outro, como também entre “identidade” e “diversidade”.

A capacidade – sustenta Gramsci – de “encontrar a identidade real sob a diferenciação e contradição aparente, e encontrar a diversidade substancial sob a identidade aparente é o mais delicado, incompreendido, mas essencial, dote do crítico das idéias e do historiador do desenvolvimento social”.⁴⁰ Que as coisas sejam assim, ele o demonstrou prática e teoricamente com seu empenho em relacionar, em primeiro lugar em sua própria pessoa, a vida privada com a vida pública, sua condição de sardo com a italianidade, o sentimento nacional com o cosmopolitismo, a consciência de classe com a universalidade do ser humano.

Há um ponto “delicadíssimo” na análise que Gramsci faz da realidade de seu tempo, que nos remete ao presente, mesmo se através de múltiplas mediações. Ele observa que “uma das contradições fundamentais é esta: que enquanto a vida econômica tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo, a vida estatal se desenvolveu sempre no sentido do ‘nacionalismo’, do ‘ser suficientes a si mesmos’”.⁴¹

O declínio do coletivismo, após o fim do socialismo real, parece ter trazido, como elemento correlato, a retomada do conceito tradicional de homem, isto é, o “indivíduo bem definido e limitado”, ou “o indivíduo limitado à sua individualidade”, que era, segundo Gramsci, “o ponto que é preciso reformar”.

Nestes tempos da assim chamada globalização da economia e daquela que Hobsbawm chamou de a “nova reestruturação supranacional do globo terrestre”,⁴² parece que se perdeu a bússola de uma concepção racional e positiva da relação entre “particular” e “universal”.⁴³

Para Gramsci, a nação representava não um valor em si, mas uma condição historicamente necessária, mesmo que não definitiva, para a participação dos povos na “comunidade” mundial. Poucos marxistas, como ele, souberam distinguir, de um lado, o crescimento da consciência, de outro, as armadilhas do “orgulho” nacionalista, na dialética da nação. As relações entre socialismo, dimensão internacional e nacionalidade, constituem um dos capítulos mais tormentosos da história do século XX. Há exemplos, como o de Cuba, que mostram que a defesa da independência nacional pode se apresentar diretamente, como dizia Enrico Berlinguer, na forma de um “elemento de socialismo”.

Em seu conjunto, o mundo de hoje parece revirado. Os princípios de autonomia e autode-

terminação dos povos representaram, e certamente ainda representam, um farol luminoso para o século XX, combinado, porém, com luzes ruins. Hoje, por demasiadas vezes são evocadas operações suspeitas e criminosas de grupos econômicos e intelectuais, protegidos e ajudados pelos senhores da guerra. Se as “definições de tipo objetivo” do conceito de nação “resultaram falimentares”⁴⁴ é também porque nunca existiu, e não pode existir, qualquer tipo de construção nacional-estatal que não se apóie numa “etnicidade

fictícia”, isto é, em uma projeção imaginativa, no passado como no futuro, de uma problemática presente.⁴⁵ Hoje, subjetivismo e fundamentalismo vão de braços dados, com o auxílio de instrumentos tribais antigos e também dos meios mais modernos de comunicação, para manipular as consciências populares e sujeitar as paixões a meras razões economicistas.

Também hoje assistimos, como Gramsci em 1930, a redução da política ao “fato econômico puro” e à “morte das velhas ideologias”. Porém, contrariamente ao seu “otimismo”, não podemos não ter medo e não ficar profundamente preocupados com a “restauração do velho”, a ideologia liberal-individualista. Em socorro da qual ocorre o pior aspecto do americanismo que, de maneira fortemente hegemônica, tem caracterizado (mas não somente de forma negativa)⁴⁶ o século XX. Trata-se, para dizer o essencial, do americanismo = fetichismo: fetichismo das mercadorias, do dinheiro, do capital. A “magia do dinheiro”, como a chama Marx, tem aparência de objetividade. Por isso, ela se deixa conjugar tão facilmente com as especulações ideológicas mais frenéticas.

A humanidade precisa, da mesma forma que o pão, de um novo internacionalismo, feito não de bandeiras, mas de coisas.

Poderemos ainda recorrer às poderosas armas da crítica, tão bem conservadas nos *Cadernos* da prisão.

Nestes tempos da assim chamada globalização da economia e daquela que Hobsbawm chamou de “nova reestruturação supranacional do globo terrestre”, parece que se perdeu a bússola de uma concepção racional e positiva da relação entre “particular” e “universal”.

NOTAS

¹ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, V. Gerratana (org.) (Turim: Einaudi, 1975), v. 3, p. 311.

² *Ibid.*, p. 311 ss.

³ *Ibid.*, p. 419.

⁴ *Ibid.*, p. 2.179.

⁵ *Ibid.*, p. 34.

⁶ *Ibid.*, p. 41.

⁷ *Ibid.*, p. 323.

⁸ *Ibid.*, p. 35.

⁹ *Ibid.*, parágrafo 61.

¹⁰ *Ibid.*, p. 70.

¹¹ *Ibid.*, p. 2.146.

¹² *Ibid.*, p. 489.

¹³ “O americanismo criou uma nova ‘filosofia’, o ‘empirismo-pragmatismo’, talvez superável pelo materialismo histórico sem que seja preciso passar, como na Europa, por ‘uma fase hegeliana’” (cf. *Quaderni*, cit., p. 97).

¹⁴ *Ibid.*, p. 72.

¹⁵ *Ibid.*, p. 91.

¹⁶ *Ibid.*, p. 97.

¹⁷ “O filósofo tipo italiano ou alemão é mais ‘prático’ do que pragmatista que julga a partir da realidade imediata, freqüentemente vulgar, porque o outro possui um fim mais alto, coloca seu alvo mais acima e, portanto, tende a elevar o nível cultural existente (quando faz isso, evidentemente). Hegel pode ser visto como o precursor teórico das revoluções liberais do século 19. Os pragmáticos, quando muito, ajudaram a criar o movimento do Rotary Club, ou a justificar todos os movimentos conservadores e retrógrados

- (justificá-los de fato e não somente por distorção polêmica, como aconteceu com Hegel e o Estado prussiano” (*Quaderni*, cit., p. 1925 e ss.).
- ¹⁸ *Quaderno 1*, parágrafo 149, Q. 131.
- ¹⁹ Cf. Edward I. Said, entre outros *Culture and Imperialism*, de eminente tradução italiana pela Gamberetti.
- ²⁰ O jovem Gramsci escreveu: “A individualidade não é suprimida no comunismo: ao contrário, ela encontra no comunismo as condições de um maior desenvolvimento, de uma expansão infinita, na medida em que o indivíduo delega à sociedade e economiza um conjunto de esforços e atritos que o exaurem e deterioram, e toda sua energia espiritual pode se dirigir para o melhoramento de si mesmo, para o seu infinito desenvolvimento no bem e no belo” (cf. *L’Ordine Nuovo*, 7 de junho 1919).
- ²¹ *Quaderni*, pp.70 e ss.
- ²² *Ibidem*.
- ²³ *Quaderni*, p. 874.
- ²⁴ Para uma primeira aproximação ver D. Forgacs, *Gramsci in Gran Bretagna*, e E. Hobsbawm, *Gramsci in Europa e in America* (Bari: Laterza, 1995), pp. 55-69. Os textos fundamentais dos *cultural studies* ainda não foram traduzidos para o italiano. Ver, por exemplo, S. Hall *et alii*, *Culture, Media, Language* (Londres: Routledge, 1989).
- ²⁵ Cf. M. Revelli, “Economia e modello sociale nel passaggio tra fordismo e toyotismo”, em P. Ingrao e R. Rossanda, *Appuntamenti di fine secolo* (Roma: Manifestolibri, 1994), pp. 161-224.
- ²⁶ K. Marx, *Gundrisse der Kritik der politischen Oekonomie* (Berlim: Dietz, 1953), pp. 582-661; trad. it., *Lineamenti fondamentali di critica dell’economia politica*, sob a direção de G. Backhause (Turim: Einaudi, 1977), v. 1, p. 704-43.
- ²⁷ *Quaderni*, p. 461.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 1.056.
- ²⁹ *Quaderno 10*, *Quaderni*, p. 1331.
- ³⁰ Cf. V. Gerratana, *Gramsci, problemi di metodo* (Roma: Editori Riuniti, 1997), pp. 119 e ss.
- ³¹ “Na noção geral de Estado entram elementos que devem se conectar à noção de sociedade civil (no sentido, se poderia dizer, que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia armada de coerção). Em uma doutrina que conceba o Estado como tendencialmente sujeito a um processo de exaustão e resolução na sociedade regulada, o argumento é fundamental. O elemento Estado-coerção pode ser imaginado como algo que se exaure na medida em que se afirmam elementos sempre mais consideráveis de sociedade regulada (o Estado ético ou a sociedade civil). As expressões Estado ético e sociedade civil significariam que esta “imagem” de Estado sem Estado estava presente nas mentes dos maiores cientistas da política e do direito, na medida em que se punham no terreno da ciência pura (pura ciência = pura utopia).” (*Quaderni*, p. 764).
- ³² *Quaderni*, p. 1.331.
- ³³ Antonio Gramsci, *Lettere dal carcere*, sob a direção de Antonio Santucci (Palermo: Sellerio, 1996), p. 375.
- ³⁴ *Ibid.*, pp., 783-4.
- ³⁵ *Quaderni*, p. 1.345.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 2.343
- ³⁷ *Ibid.*, p. 1.345.
- ³⁸ *Ibid.*, p. 1.338.
- ³⁹ *Ibid.*, pp. 1.632 e ss.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 2.268.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 1.756.
- ⁴² Eric J. Hobsbawm, *Nazioni e nazionalismo* (Turim: Einaudi, 1991), pp. 211 e ss.
- ⁴³ “Na história, se o geral triunfa sempre, também o ‘particular’ luta para se impor e, em última análise, ele também se impõe porque determina um dado desenvolvimento do geral e não outro. Mas na história moderna, o ‘particular’ não tem mais o mesmo significado que tinha em Maquiavel e Guicciardini, não indica mais o mero interesse individual, porque na história moderna o ‘indivíduo’ histórico-político não é o indivíduo ‘biológico’ mas o grupo social” (cf. *Quaderni*, p. 690).
- ⁴⁴ *Ibid.*, p. 7
- ⁴⁵ Cf. E. Balibar, I. Wallerstein, *Razza nazione classe. Le identità ambigue*, trad. it. (Roma: Edizioni Associate), 1996.
- ⁴⁶ Gramsci teve muito cuidado em não demonizar o americanismo. Nos Estados Unidos ele via aflorar uma instância crítica e autocrítica da qual não via comparação entre os intelectuais europeus, e alertava contra o excessivo europeísmo conservador: “O anti-americanismo é cômico, antes de ser estúpido” (cf. *Quaderni*, p. 635).